

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.390 - PE (2019/0259949-0)**

RECORRENTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS  
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
RECORRIDO : GESSO NOVO HORIZONTE LTDA - ME  
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

### **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, o IBAMA ajuizou execução fiscal, com valor da causa de R\$ 6.246,00, em dezembro de 2002 (fl. 2), em face de Gesso Novo Horizonte Ltda.

O feito foi extinto em razão do reconhecimento da prescrição, considerando que o ajuizamento se deu em 2002, mas o executado não foi citado após o transcurso de mais de onze anos, tendo o exequente requerido a extinção do feito em razão da prescrição.

Interposta apelação, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região negou-lhe provimento, sob o fundamento da ocorrência de inércia exclusiva por parte do exequente, afastando, assim, a aplicação do Enunciado Sumular n. 106/STJ. O acórdão recebeu a seguinte ementa:

Processual Civil e Execução Fiscal. Apelação a desafiar sentença que, em execução fiscal, declarou a prescrição, nos termos do art. 156, inc. V, do Código Tributário Nacional. De acordo com a sentença, a certidão de dívida ativa é datada de 12 de dezembro de 2000, f. 04, a ação executiva foi proposta em dezembro de 2002, e o despacho citatório ocorreu em 04 de fevereiro de 2003, f. 02, sob a égide da redação do art. 174, do referido diploma, anterior ao advento da Lei Complementar 118/20051, sendo que o próprio exequente, instado a se manifestar, f. 15-15v, requereu a extinção da execução, mercê da ocorrência da prescrição, em 10 de outubro de 2014, f. 14, considerando que o devedor foi localizado. As razões recursais devolvidas asseveram a não ocorrência da prescrição e que não é possível se imputar ao exequente a negligência do impulso do feito, nos termos da Súmula 106, do Superior Tribunal de Justiça, f. 36-41. Entretanto, a realidade é que o feito jazeu nos escaninhos do judiciário estadual entre dezembro de 2002 e em 10 de outubro de 2014, f. 14, mais de treze anos, sem qualquer provocação da exequente a respeito do artigo 40, da Lei 6.830/1980, restando superado, portanto, o quinquídio prescricional. A vista dos autos, revela-se a completa inércia do exequente que, em todo esse período, descuroou-se de provocar a marcha processual, não se podendo isentá-lo da responsabilidade sobre a extinção da ação executória. Precedente: AC591167/PE, desta relatoria. Apelação improvida.

Contra o acórdão acima ementado, o IBAMA interpôs o presente recurso especial, apontando a violação do art. 40 da Lei n. 6.830/1980, sustentando, em síntese, que o Tribunal de origem deveria ter afastado a

# Superior Tribunal de Justiça

ocorrência da prescrição, considerando a ausência de suspensão do processo, bem como do despacho de arquivamento, além de ter sido configurada a paralização dos atos processuais por culpa do Poder Judiciário.

É o relatório. Decido.

Sobre a alegada violação do arts. 40 da Lei n. 6.830/1980, o recurso não comporta seguimento.

A irresignação do recorrente, acerca da alegada responsabilidade exclusiva do Poder Judiciário para a ocorrência do transcurso do prazo prescricional, vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu que o decurso do quinquênio prescricional foi ocasionado por culpa exclusiva da parte exequente, tendo sido afastada a aplicação do Enunciado Sumular n. 106/STJ, conforme se verifica do seguinte trecho do acórdão recorrido:

o feito jazeu nos escaninhos do judiciário estadual entre dezembro de 2002 e em 10 de outubro de 2014, f. 14, mais de treze anos, sem qualquer provocação da exequente a respeito do artigo 40, da Lei 6.830/80, restando superado, portanto, o quinquídio prescricional.

À vista dos autos, revela-se a completa inércia do exequente que, em todo esse período, descurou-se de provocar a marcha processual, não se podendo isentá-lo da responsabilidade sobre a extinção da ação executória. (fl. 39)

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar o dispositivo legal indicado como violado, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Ainda que fosse superado esse óbice, *ad argumentandum tantum*, verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do REsp n. 1.340.553/RS, em acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fixou o entendimento de que, independentemente de petição da Fazenda Pública ou de pronuciamento judicial, com o transcurso do prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato.

Conforme referido julgado, em consonância com o princípio da instrumentalidade das formas, a Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos, ao alegar nulidade pela falta de intimação no procedimento do art. 40 da Lei n. 6.830/1980, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu, sustentando a existência de causa interruptiva ou suspensiva da prescrição, sob o fundamento de que a jurisprudência evoluiu da necessidade imperiosa de prévia oitiva da Fazenda Pública para a análise da utilidade da manifestação fazendária nessa primeira oportunidade.

Ocorre que, no presente caso, a Fazenda Pública alegou apenas a ausência de determinação de suspensão do processo, bem como ausência do

# Superior Tribunal de Justiça

despacho de arquivamento, além de que teria havido paralização dos atos processuais por culpa do Poder Judiciário.

Cite-se a ementa do julgado:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEQUINTE DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80).

1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais.

2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: *"Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente"*.

3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no *caput*, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, *caput*, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, *ex lege*.

4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973):

4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução;

4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução.

# *Superior Tribunal de Justiça*

4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensão a execução.

4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato;

4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo – mesmo depois de escoados os referidos prazos –, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera.

4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição.

4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa.

5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973).

(REsp n. 1.340.553/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 12/9/2018, DJe 16/10/2018.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de setembro de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator